

## Parlamentares pedem anulação da votação da PEC dos Precatórios

Um grupo de seis deputados federais de cinco partidos acionou o Supremo Tribunal Federal para pedir a suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 23/2021 (PEC dos Precatórios) na Câmara dos Deputados. A relatora do mandado de segurança é a ministra Rosa Weber.

José Cruz/ABr



Agência Brasil Parlamentares pedem anulação da votação da PEC dos Precatórios na Câmara

Os parlamentares afirmam que houve violação do devido processo legislativo na aprovação do projeto em primeiro turno pela Câmara na última quarta-feira (3/11), pois foi aprovada emenda aglutinativa (que resulta da fusão de outras emendas) apresentada apenas no Plenário e antes da emenda de redação que a justificou.

"Para dar causa à emenda aglutinativa, a emenda de redação, no mínimo, deveria lhe ter precedido, o que sequer ocorreu", destacaram

Ainda segundo os deputados, a PEC teria sido aprovada pelo Plenário de forma irregular, com votos de deputados federais licenciados, no exercício de missão diplomática, proferidos remotamente. Essa situação, segundo eles, contraria os regulamentos internos da Casa sobre o exercício do voto remoto, baixados em razão da pandemia.

Eles pedem a concessão de liminar para suspender o trâmite da PEC 23/2021 e anular a votação da Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 1 e todos os trâmites dela decorrentes. Pretendem, também, que seja determinada a observância do rito legislativo e da Constituição Federal.

O pedido foi apresentado pelos parlamentares Alessandro Molon (PSB-RJ), Fernanda Melchionna (Psol-RS), Joice Hasselmann (PSL-SP), Kim Kataguiri (DEM-SP), Marcelo Freixo (PSB-RJ) e Vanderlei Macris (PSDB-SP). *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

Clique [aqui](#) para ler a inicial  
MS 38.300

**Date Created**  
05/11/2021